



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

A pandemia dos pobres

“Compete ao Governo atender aos problemas económicos, adaptar o Plano Regional de Erradicação da Pobreza à crise e avançar com novas propostas e programas eficazes. Não apenas para responder à fome, mas sobretudo para integrar os carenciados e as periferias no processo de reanimação da economia que se pretende seja adequada às nossas potencialidades ambientais, mais inclusiva e equitativa.”

A época estival está aí e faz-nos lembrar os passados anos em que os turistas - tão poucos que eram - limitavam-se a poucos grupos organizados por poucas agências de viagens alemãs e portuguesas. Os hotéis existentes - o Hotel Fayal e a Estalagem de Santa Cruz na Horta, o Hotel de Angra e a Residencial Cruzeiro, o Avenida e o Sam Pedro em Ponta Delgada, davam e chegavam para a procura do destino.

Acreditando no destino Açores, quantas dores de cabeça não passaram os pioneiros das unidades hoteleiras construídas nas outras ilhas e os detentores das residências que subsistiam abertas com os habituais homens de negócios continentais, ou com visitantes de outras ilhas.

Felizmente essa época passou e, de um momento para o outro, graças à baixa das tarifas aéreas, o turismo passou a ser um vetor muito importante do desenvolvimento açoriano. Até há dois meses, quando a pandemia estancou o crescimento acentuado do turismo no arquipélago.

Agora, toca a tentar recuperar as quebras. A capacidade hoteleira instalada representa investimentos dos últimos anos muito avultados e a mão-de-obra do setor está paralisada e sobrevive muito dificilmente.

Não há ainda dados estatísticos, mas estima-se que as dificuldades sociais tenham aumentado exponencialmente, segundo responsáveis de instituições sócio-caritativas.

A fome vagueia por aí, envergonhada mas às claras, buscando nos contentores do lixo restos de alimentos e de outros bens supérfluos.

Não vale a pena esconder a situação de carência social, porque compete aos organismos públicos, em primeira instância, fazer face ao problema que afeta não só as crianças em idade escolar, alimentadas pelas cantinas, mas muitos adultos, desempregados e sem contratos de trabalho que recorrem aos “garetes” para as famílias sobreviverem.

Aparentemente, não se nota a pobreza, mas ela existe, portas adentro e só Deus sabe quanta miséria vai por aí.

Era tempo de paróquias, juntas de freguesia, instituições sócio-caritativas e organismos públicos se sentarem à mesa para fazerem um cuidado levantamento das situações e delinearem ações de combate ao problema.

Os dados estatísticos já vinham revelando que, em muitos indicadores sociais, os Açores figuravam na cauda da tabela nacional.

A paralisa económica já leva dois meses e tudo indica que vai continuar por muito tempo mais.



Até agora têm sido dadas respostas possíveis às situações empresarial e laboral, sendo certo que os apoios e subsídios são contributos e, como tal, nunca atingirão os valores necessários e pretendidos e não chegam a todos.

Na periferia do tecido empresarial giram milhares de famílias que dificilmente já sobreviviam com baixos salários e que agora se veem privadas dos mínimos aceitáveis para uma vida humana digna.

Será que os governantes têm a noção dessas dificuldades?

Compete ao Governo atender aos problemas económicos, adaptar o Plano Regional de Erradicação da Pobreza à crise e avançar com novas propostas e programas eficazes. Não apenas para responder à fome, mas sobretudo para integrar os carenciados e as periferias no processo de reanimação da economia que se pretende seja adequada às nossas potencialidades ambientais, mais inclusiva e equitativa.

Ainda recentemente o Papa falou da “pandemia da fome” e da necessidade de investir “na saúde, no trabalho, na eliminação das desigualdades e da pobreza”. Que pensam os responsáveis religiosos e civis destas propostas?

Esta semana, foi anunciada uma campanha de promoção turística no valor de 1.750.000€, intitulada: “Viver os Açores”. As suas condicionantes indiciam, no entanto, que ela só abrangerá a classe média-alta - estrato social com salários mais elevados. Quem recebe o salário mínimo, está desempregado, é jovem, idoso, ou está em layoff não tem capacidade financeira de

viajar pelas ilhas na SATA e de “viver os Açores”, ao preço que está um pacote turístico.

No entanto, isso era possível com as viagens marítimas de passageiros, canceladas, precipitadamente. Os valores eram substancialmente mais reduzidos, contemplavam idosos e grupos com descontos especiais e permitiam o transporte de viaturas. Eram acessíveis a todas as bolsas.

Poderia, ao menos, ter-se mantido o aluguer de um ferry que, efetuando uma viagem semanal inter-ilhas, facilitaria a mobilidade de uma grande parte da população, sobretudo a de menores recursos e contribuindo para o tão desejado arranque económico.

Assim não o entenderam os senhores do mando. Contrariaram boas decisões anteriores e defraudaram expectativas de muitos açorianos deslocados, de todas as ilhas.

Em tempos recuados, o Governo Regional anunciou ir desenvolver políticas visando coordenar em rede todos os transportes. A iniciativa não passou do papel. Até o tão badalado ferry a construir pela Região, parece ter ficado em águas de bacalhau. Será que foi por pressão de interesses privados?

Pobreza e mobilidade - é um binómio que expressa a insegurança de vida dos açorianos desde os primórdios, e que afeta um desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todo o arquipélago.